

Conceder  
Plano de Gestão à  
DGR para Monumento  
de Mire de Tibães e  
monumentarização e  
redefinição da Z.E.P.  
À Comissão Nacional  
27.10.2017

Conceder  
D. X.R.  
AR  
ANTÓNIO PONTE  
Diretor Regional

MIGUEL RODRIGUES  
DIRECTOR DE SERVIÇOS

INFORMAÇÃO 1218847 DSBC/DRCN/17

data: 23.10.2017

cs: 1218847

Processo nº: DRP/CLS - 1305

Assunto: Reclassificação do Mosteiro de Tibães e revisão da zona especial de proteção. Freguesia de Mire de Tibães, concelho de Braga.

### 1. Antecedentes

Através do Decreto n.º 33 587 publicado no Diário do Governo, I Série, n.º 63 de 27-03-1944, foi classificada a *Igreja e mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitectónicas da respectiva quinta* com o grau interesse público. A Portaria n.º 736/94 publicada no Diário da República, I Série-B, n.º 187 de 13-08-1994, estabeleceu uma zona especial de proteção, que inclui uma área vedada à construção.

Através da informação 979380 de 16/01/2013, a DRCN propôs a abertura da instrução do procedimento com vista à reclassificação do Mosteiro de Tibães como monumento nacional.

O processo foi devolvido em junho de 2013 por despacho da então Exma. Diretora Geral do Património Cultural, para elaboração de uma nova proposta que contemple a (...) *ampliação da classificação a todo o mosteiro, incluindo a cerca, alargando em consequência a ZEP existente.*

No dia 19 de dezembro de 2014 foi aprovada pela Assembleia da República uma Resolução que recomenda ao Governo que (...) *classifique o Mosteiro de Tibães, localizado na freguesia de Mire de Tibães, concelho de Braga, como imóvel de interesse nacional, reconhecendo-o como monumento nacional.*<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Resolução nº 5/2015, Diário da República 1ª série, nº 14 de 21 de janeiro de 2015.

Através da informação 995212 de 23/01/2015 a DRCN propôs:

- A alteração da designação do bem para “Mosteiro de Tibães”;
- A ampliação da área classificada;
- A reclassificação do Mosteiro de Tibães como monumento nacional;

Por despacho de 5 de fevereiro de 2015 do Exmo. Diretor Geral do Património Cultural foi determinada a abertura da instrução do procedimento de ampliação da classificação e reclassificação como monumento nacional.

Foi cumprida a tramitação prevista sem terem sido registadas reclamações.

## 2. Proposta de reclassificação e ampliação

Os argumentos que sustentam a reclassificação do imóvel para o grau interesse nacional e a ampliação da área classificada de modo a abranger a antiga cerca monástica, foram já expostos na informação 995212 de 23/01/2015, para a qual remetemos.

Em síntese, diremos apenas que a elevação do grau de classificação é um passo natural perante um dos mais importantes exemplos de espaço monástico em território nacional, do ponto de vista:

- Da influência da instituição na história religiosa, política e cultural ao longo dos séculos;
- Das qualidades artísticas, arquitetónicas e paisagísticas do seu suporte físico;
- Das ações de reabilitação e valorização levadas a cabo nas últimas décadas, merecedoras de reconhecimento e prémios internacionais.

A ampliação da área classificada visa traduzir a verdadeira dimensão física do Mosteiro de Tibães, fazendo-a corresponder aos limites da cerca, tal como exposto na informação 995212 de 23/01/2015.

## 3. Zona especial de proteção

Os limites e conteúdos da ZEP foram discutidos com a Câmara Municipal de Braga, com quem mantivemos boa colaboração. Integrámos várias propostas de alteração.

### 3.1 Zona especial de proteção - limites

A zona especial de proteção fixada pela Portaria nº 736/94 continua a dar uma resposta eficaz às necessidades de salvaguarda do monumento na envolvente sul, este e oeste. No entanto, na **zona norte**, a atual ZEP revela-se diminuta ou mesmo inexistente, perante o alargamento proposto da área classificada.

A ampliação da ZEP a norte é particularmente importante pela conjugação de dois fatores. É o principal acesso ao monumento e é a área mais edificada e com maiores expectativas de

desenvolvimento urbanístico. Justifica-se por isso a participação da administração do património cultural na gestão desta zona.

A dimensão da ZEP ponderou as necessidades de proteção com critérios de razoabilidade e teve em consideração um estudo dos horizontes visuais que procura perceber até onde é que eventuais intervenções no território podem ter impactes paisagísticos significativos no monumento.

### **3.1. Zona especial de proteção – conteúdos**

O território que envolve o monumento apresenta uma ocupação diversificada, onde se misturam campos agrícolas, floresta de produção, núcleos populacionais, armazéns e instalações industriais.

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Braga espelha bem essa diversidade. No interior da proposta de ZEP identificámos 12 classes de espaços na carta de ordenamento e 3 na carta de condicionantes:

- Carta de Ordenamento: Espaço cultural; Espaços florestais de recreio, enquadramento e estética da paisagem; Espaços florestais de produção; Espaços florestais de proteção; Espaço verde de utilização coletiva; Espaço verde de enquadramento; Espaço verde de proteção; Espaço verde de logradouros privados; Espaço urbano de baixa densidade 1; Espaço urbano de baixa densidade 2; Área industrial de grande ou média dimensão; Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 12 (Plano de Pormenor Tibães Golf).
- Carta de Condicionantes: Reserva Ecológica Nacional; Reserva Agrícola Nacional; Leito e margem de águas fluviais.

Esta proliferação de classes de espaços é compreensível no âmbito do PDM, que procura ordenar a multiplicidade de ocupações já existentes, mas não se justifica uma tal quantidade e complexidade de regras na ótica do património cultural.

Pelo contrário, julgamos que interessa fixar orientações claras e simples, que permitam ao cidadão e futuros promotores de intervenções, conhecer o espírito e critérios gerais a que deve obedecer a gestão daquele território, assumindo liberdade nas opções “finas”, que serão ponderadas caso a caso perante propostas concretas.

As propostas que apresentamos partem da análise do PDM e procuram a compatibilização com as regras já existentes, nomeadamente com as ocupações permitidas. Preocupámo-nos sobretudo em estabelecer limiares máximos de edificabilidade, de modo a garantir uma relação paisagística harmoniosa com o monumento.

Propomos fixar 5 zonamentos, a que correspondem 5 lógicas de intervenção na área da ZEP:

- É assumida a capacidade construtiva nos espaços urbanos existentes e identificadas no PDM, para onde fixamos limites máximos de edificabilidade;
- Os espaços florestais e espaços verdes são unificados numa única área verde onde só se admite a reconstrução dos edifícios existentes;
- Para as áreas industriais existentes são fixadas regras de edificabilidade máxima e soluções de minimização dos impactes paisagísticos;
- Plano de Pormenor de Tibães, que constitui já um nível de planeamento de detalhe.
- Cemitério novo.

### 3.2. Zona especial de proteção – artigo 43º, conteúdos

- **Área verde:** nas áreas verdes da zona especial de proteção inseridas em **solo rural** no plano diretor municipal, só são admitidas reconstruções de edificações já existentes, sem aumento das áreas de implantação ou cérceas. Os trabalhos de remodelação de terrenos, alteração da topografia, derrube de árvores e destruição do solo vivo e do coberto vegetal, têm de ser previamente autorizados pela administração central do património cultural competente. Nas áreas verdes da zona especial de proteção inseridas em **solo urbano** no plano diretor municipal, só é admitida a implantação de equipamento ou mobiliário urbano destinado a parque infantil, áreas de lazer ou desporto, desde que devidamente enquadradas do ponto de vista paisagístico.
- **Área habitacional:**
  - a) O índice de utilização máximo acima da cota de soleira é de 0,30 m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup>;
  - b) Admite-se o máximo de 2 pisos acima da cota de soleira;
  - c) O índice de impermeabilização máximo admitido é de 55%;
  - d) Excecionam-se da alínea a) os prédios com área inferior a 833 m<sup>2</sup>, para os quais se admite a área de construção máxima de 250 m<sup>2</sup>, contabilizando para o efeito as construções eventualmente existentes no terreno.
- **Área industrial:** na área industrial da zona especial de proteção o índice de utilização máximo acima da cota de soleira é de 0,40m<sup>2</sup>/m<sup>2</sup> e admite-se uma altura máxima da edificação de 6 metros acima da cota de soleira. Qualquer nova edificação, qualquer ampliação, aumento de altura das edificações existentes ou aumento da impermeabilização, tem de ser acompanhada pela execução de um projeto de integração paisagística previamente aprovado pela administração central do património cultural competente, que preveja, nomeadamente, a plantação de cortinas arbóreas em toda a periferia da área industrial, de modo a diminuir o impacto visual relativamente ao monumento.
- **Plano de Pormenor de Tibães:** As regras de ocupação, uso e transformação do solo estão fixadas no Plano de Pormenor objeto do Aviso nº 22323/2008, Diário da República, 2ª série, nº 162 de 22/08/2008.



- **Cemitério novo:** As regras de ocupação e uso do solo serão fixadas através de um projeto de arquitetura paisagística e regulamento de funcionamento, previamente aprovados pela administração central do património cultural competente.

#### 4. Cemitério novo

Através do ofício 25/DMUOP/DPRRU/2017 de 26/06/2017, a Câmara Municipal de Braga pronunciou-se sobre a última versão da nossa proposta. Transmite concordância, à exceção da área non aedificandi (...) *a qual deverá ser alterada de modo a permitir a ampliação do dito cemitério no local previamente acordado, sob a forma exclusiva de um relvado, desprovido de qualquer tipo de construção/edificação, com indicação referencial às campas, assinaladas por uma cruz ou estrutura análoga, em função da aprovação pela tutela de estudo prévio/projeto de arquitetura paisagística e regulamento de funcionamento do espaço.*

A ampliação do cemitério, que é uma exigência antiga da Junta de Freguesia e do Município, foi várias vezes debatida com a DGPC/DRCN.

Na última reunião, no local, esteve presente o Vice-Presidente da C.M. de Braga, o Presidente da Junta de Freguesia, o Diretor Regional de Cultura do Norte e o Diretor de Serviços dos Bens Culturais, o Arqto. Amândio Dias e a Arqta. Maria João Dias Costa. A proposta que a Câmara Municipal nos fez chegar agora, procura refletir o que foi acordado nessa reunião.

#### Conclusão

Em face do exposto, propomos:

- A alteração da designação do bem para “Mosteiro de Tibães”.
- A ampliação da área classificada, conforme representada na planta anexa.
- A reclassificação do Mosteiro de Tibães como monumento nacional.
- A fixação da zona especial de proteção, conforme representada na planta anexa.
- A alteração da zona non aedificandi de modo a prever a ampliação do cemitério.
- A fixação dos conteúdos, conforme ponto 3.2 desta informação.

À consideração superior,

O Técnico Superior



David Ferreira

Sugerimos que o processo seja acompanhado pelas seguintes monografias, existentes na Biblioteca da DGPC: FONTES, Luís, *São Martinho de Tibães. Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em Arqueologia da Paisagem e da Arquitectura*. Coleção Monumentos / Monografias. IPPAR: Lisboa. 2005. SANTOS, João Carlos, *Mosteiro de São Martinho de Tibães – Projecto e Compromisso*. Uzina Books, 2013.

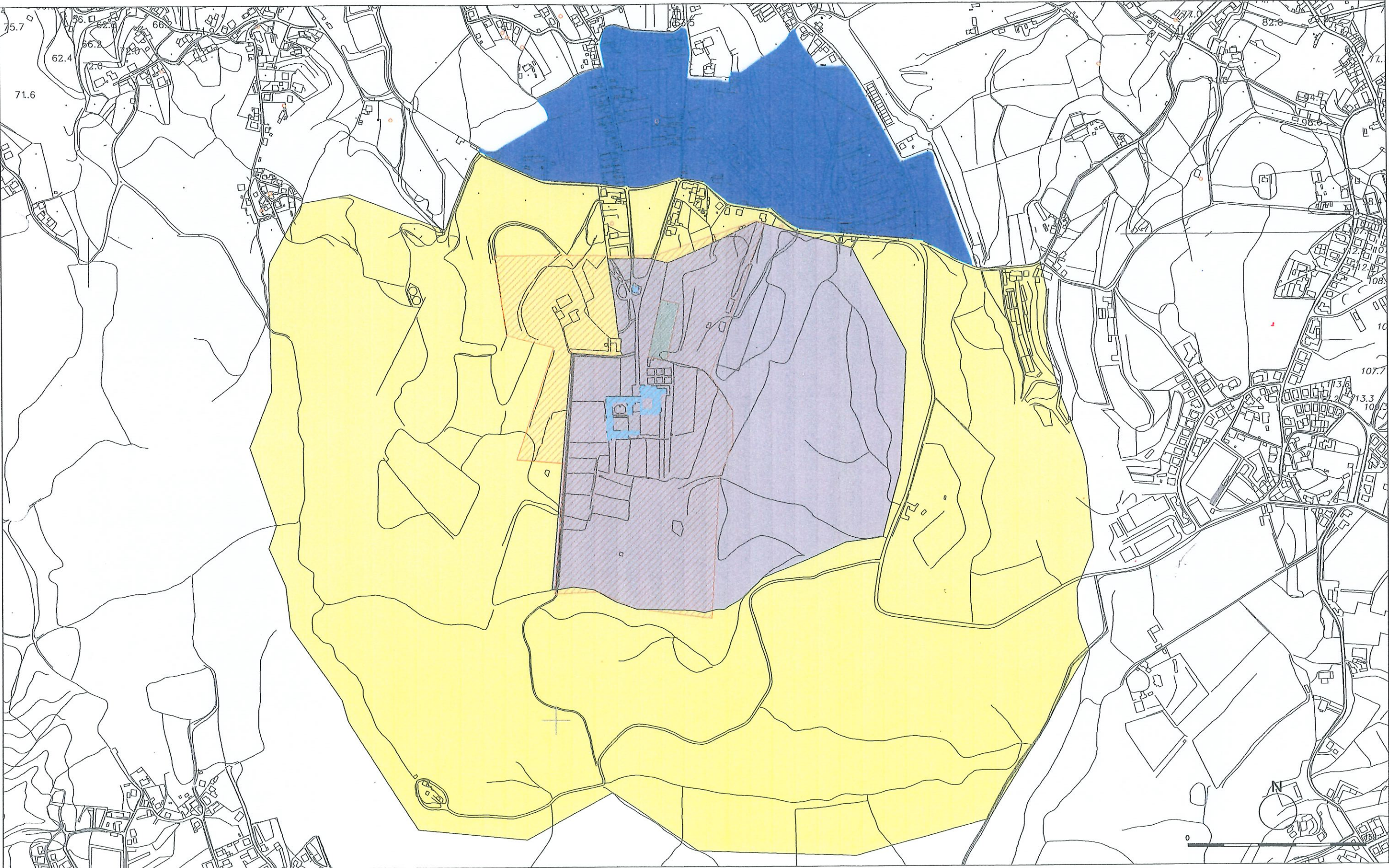


Proposta de reclassificação do Mosteiro de Tibães

Concelho de Braga

Freguesia de Mire de Tibães

- Mosteiro de Tibães - área classificada
- Zona especial de proteção existente
- Área non aedificandi
- Área proposta para reclassificação (MN)
- Ampliação da zona especial de proteção
- Exclusão da área non aedificandi



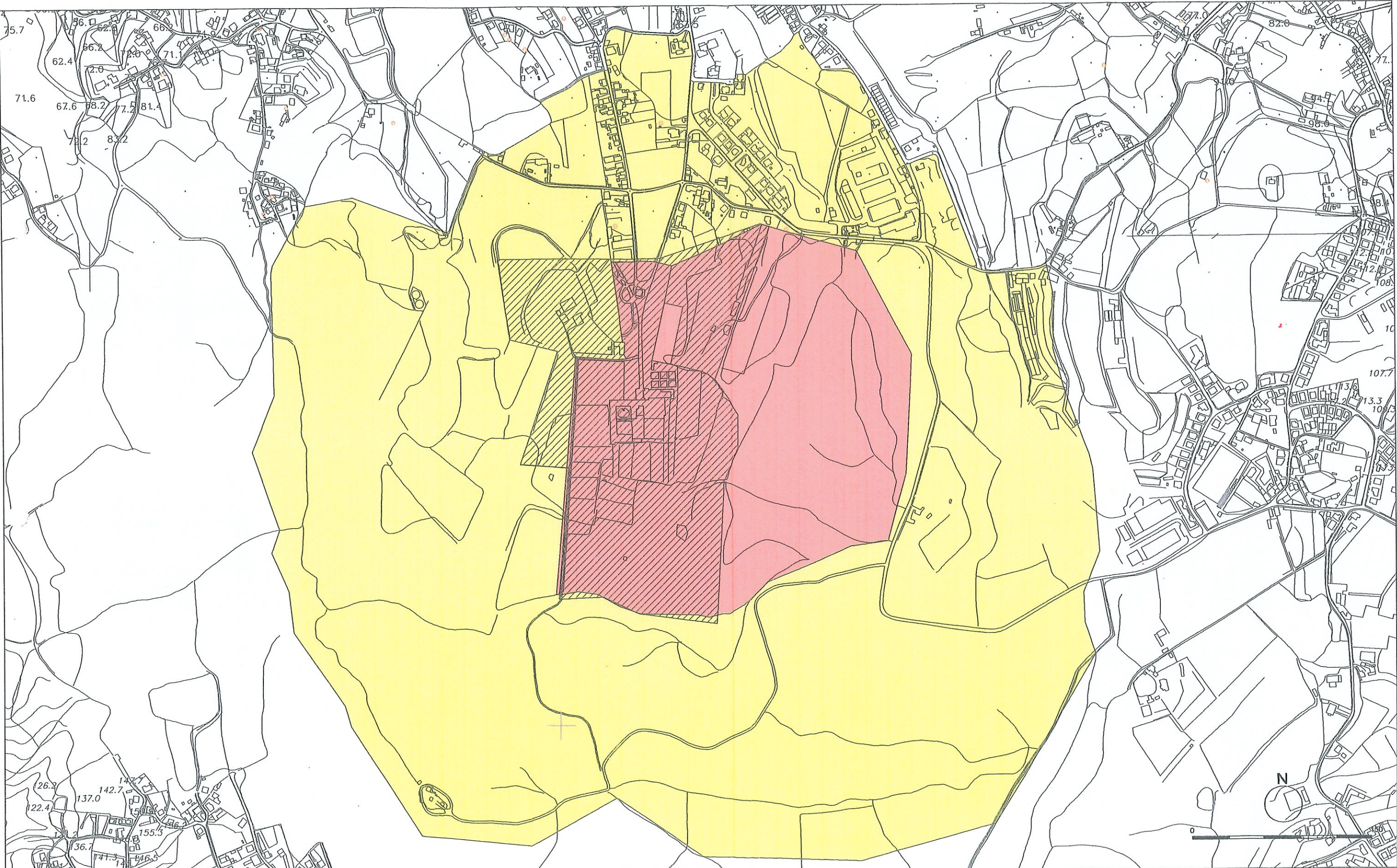


Proposta de reclassificação do Mosteiro de Tibães

Concelho de Braga

Freguesia de Mire de Tibães





- Monumento Nacional
- Zona especial de proteção
- Área non aedificandi

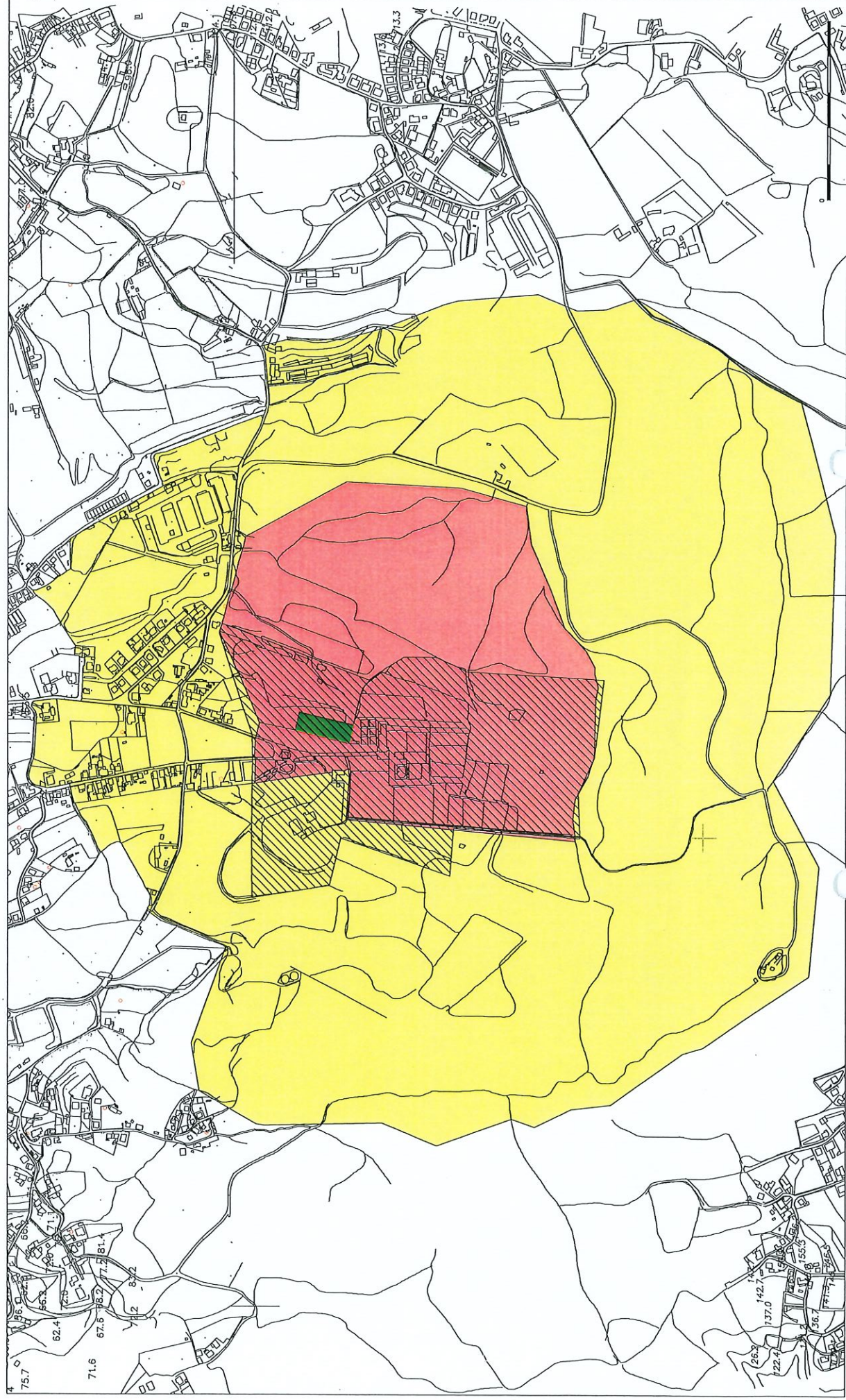




Proposta de reclassificação  
Concelho de Braga  
Freguesia de Mire de Tibães

Freguesia de Mire de Tibães

-  Monumento Nacional
-  Zona especial de proteção
-  Área non aedificandi
-  Área proposta para a ampliação do cemitério





Proposta de reclassificação do Mosteiro de Tibães  
Conteúdos da ZEP (artigo 43º do DL 309/2009)

- Área proposta para reclassificação (MN)
- Limite da zona especial de proteção
- Área non aedificandi

- Área verde
- Área habitacional
- Área industrial
- Plano de Pormenor de Tibães
- Cemitério novo

